

# 最近のブラジル情勢及び税制改革の進捗について

2023年8月29日

在ブラジル日本国大使館

1. 最近のブラジル情勢(内政・外交・経済)

2. 政党勢力の分布

3. 税制改革の進捗

# 1. 最近のブラジル情勢

## 1. 内政・外交・経済

- 国際法遵守、マルチ・国連重視、等距離外交、相互主義など、**ブラジル外交の伝統路線**に回帰。**南米統合やアフリカとの関係強化を優先課題**と位置付ける一方、前政権下で関係が悪化した**中・露や欧州との関係再構築**を進めつつ、**米国とも関係強化**。
- ウクライナ情勢や環境問題・気候変動への対応等、国際課題に積極的に関与する姿勢を示し、ブラジルの「**国際社会への復帰**」を強くアピール。特に途上国の声を反映させるため、**グローバス・サウス**を代表する国として、グローバル・ガバナンスの改革が必要との立場。安保理改革では、G4メンバー及び今年の安保理非常任理事国として日本と協力。
- 環境・気候変動対策の強化を通じた**グリーン経済移行・GX**や、貿易投資・科学技術・デジタル協力やイノベーションを通じた「**新工業化**」を重視。対日関係を含む二国間関係においても、これらの分野における協力を重視。
- 8月11日、伯政府は「**新たな成長加速プログラム(Novo PAC)**」を発表。官民併せた投資プログラム(約1.7兆リアル、内連邦政府支出3,710億リアル)と投資関連措置からなる。投資促進により経済成長、社会的包摂、雇用創出、社会的不平等の是正を国全体で目指し、9本柱(デジタル、保健、教育、社会インフラ、持続可能な都市化、水資源、輸送、エネルギー転換、防衛)から構成。
- 8月22日、議会は**新たな財政枠組(Arcabouço Fiscal)**を承認(大統領の署名を以て発効)。インフレ率を歳出上限とする従来のルールに代わり、直近のインフレ率に加え、歳入の増加率も考慮して算出するものとなる(但し、増加率には一定の範囲が設定)。市場は概ね好意的な受け止め。

## 2. 国際課題への積極的な関与

- 来年のG20議長国(2023年12月～)。首脳会合は11月にリオで開催予定(閣僚会合他は未公表)。ルーラ大統領が本年5月の**G7広島サミットに出席(伯首脳の出席は14年ぶり)**。日伯首脳会談では、来年伯議長国下のG20に向けた連携を確認。
- 政権発足時より2030年までの森林伐採ゼロにコミット。アマゾン基金を再始動。**8月にベレンでアマゾン・サミットを開催**し、アマゾン条約機構加盟8カ国に加え、アフリカやアジアの熱帯雨林を擁する国を招き連携を強化。2025年にベレンでCOP30を主催予定。
- **5月に南米諸国首脳会議**を主催。南米統合のロードマップ策定に作業を主導(閣僚級WG)。7月のEU・CELAC首脳会合への参加を含め、地域統合に重点を置くとともに、EU・メルコスールFTAの進展にも意欲。
- **ロシアによるウクライナ侵略**を国際法違反として非難(**BRICSで唯一国連決議に賛成票**)しつつも、**対話による解決を重視し、和平仲介構想**(いわゆる「平和クラブ」)を各国首脳に呼びかけ(具体化には至っていない)。最側近であるアモリン首席補佐官(元外相)をロシア及びウクライナ両国に派遣。
- 8月、BRICS首脳会合のマージンにて、**BRICSの役割や南南協力の重要性**を説くとともに、国連常任理事国入りに改めて意欲。

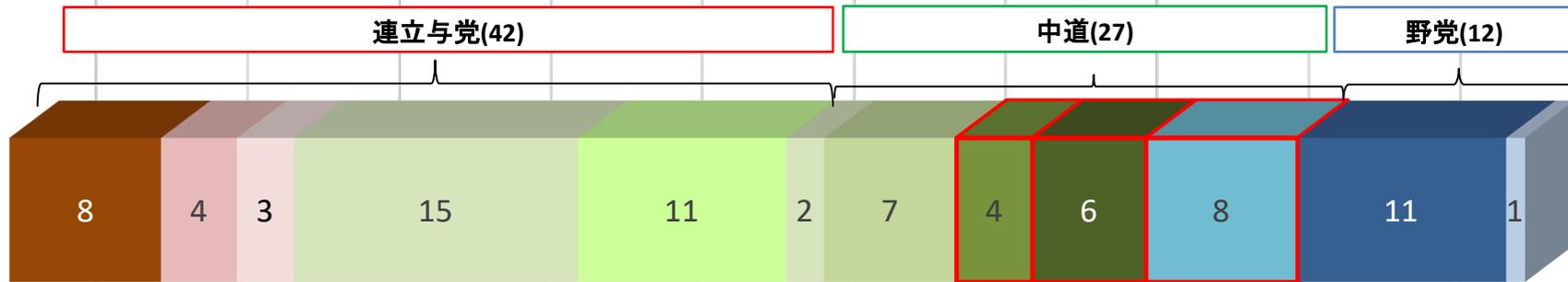
# 2. 政党勢力の分布(連邦上・下院)

- ✓ 連立与党は両院において、憲法修正(PEC)案を通すために必要な議席(全議席の5分の3)を有しておらず、安定的な基盤確保に向け議会対策を継続中。
- ✓ 直近で予定される内閣改造により中道(Uniao Brasil、Republicanos、PP)取り込みの加速を図ると見られる。

出典: 7月26日付Folha de SaoPaulo紙

全81議席

上院

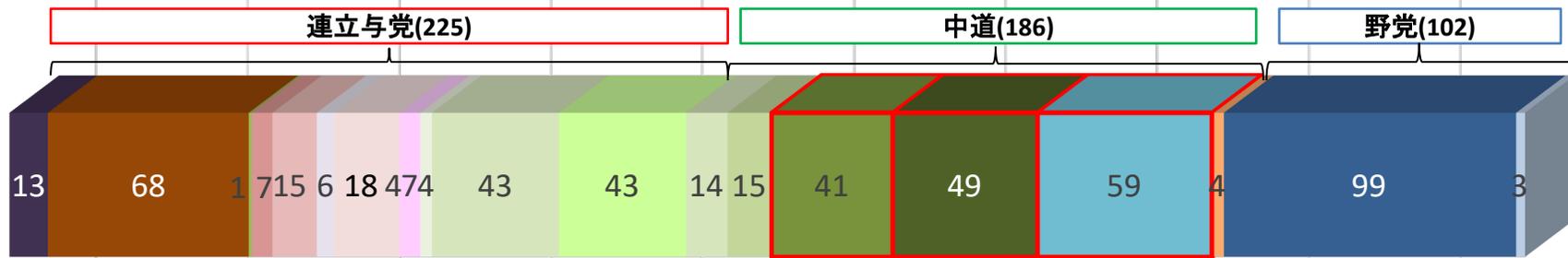


法案承認に必要な賛成票 (41)

PECに必要な賛成票 (49)

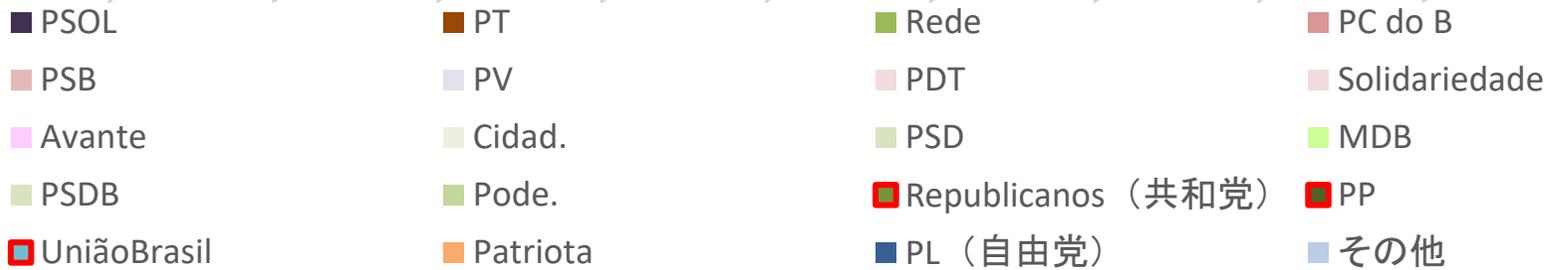
全513議席

下院



法案承認に必要な賛成票 (257)

PECに必要な賛成票 (308)



# 3. 税制改革の進捗

## 1 税制改革の方向性

- ・ 税制改革を最優先に進める。透明性が高く、公平で簡便な税制を追求。
- ・ まずは「消費に関する税」の改革に着手し、次に「所得に関する税」の改革を行う。

## 2 消費に関する税改革の進捗

- ・ 7月7日下院にて可決、現在は上院にて議論中。  
\* 憲法修正にあたる為議員の5分の3以上(下院では308票以上)の賛成が必要なところ、1度目の採決では383票、2度目は375票の賛成で可決。

### ■ 下院可決案の主な内容

#### ア) 2つの付加価値税(VAT)の創設

- ・ 連邦税のPIS/Cofins(社会統合基金/社会保険融資負担金)、IPI(工業製品税)を統合しCBS(財サービス負担金)を創設。
- ・ 州税のICMS(商品流通サービス税)と、市税のISS(サービス税)を統合しIBS(財サービス税)を創設。  
→ 上記に伴い、これまでICMS等により生じていた、税務当局からの還付を前提とする税務クレジットが発生しないと考えられる。(なお、税率については、爾後、補完法で規定(財務省試算では最大で27%見込み))。

#### イ) 連邦政府財源による基金の創設

- ・ **地域開発基金**を創設。2029年の80億リアルから開始し、2033年までに400億リアルとなる見通し。
- ・ **税制優遇補填基金**を創設。既存の税制優遇を受けている企業の損失補填を目的とし、2025年の80億リアルから開始し、2028年までに320億リアルとなり、その後減額されていく見通し。
- ・ アマゾナス州での経済活動の発展を促進するための基金を創設(詳細は今後規定される見込み)。

#### ウ) 移行期間

- ・ 2026年のCBSの部分的導入(27年から全面導入)、2029年のIBSの部分的導入を経て、2033年には新たな付加価値税が全面導入される。
- ・ 新たな税制に伴う、州・市等における税収額の変化に対しては、2029~78年の50年間かけて調整。

# 3. 税制改革の進捗

## 3 大使館の取組み

会員の皆様へのアンケート(3月と8月(下院での法案可決と上院での議論開始後)に実施)を基にした  
商工会議所の提言書を政府・議会要人に説明し、理解と賛同を獲得。

## 日系企業が抱える税務上の課題及び見直しに関する提言書

**Desafios tributários do Brasil enfrentados pelas empresas japonesas**

06 de Março de 2023  
Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil  
Comissão Jurídica  
Grupo de Trabalho Tributário e Aduaneiro: Yoshinori Amano  
(Head of Japan Desk of KPMG Brazil and South America)

**Principais desafios tributários enfrentados pelas empresas japonesas, e propostas para resolução (1)**

Desafios	Descrição	Proposta
<b>Regime tributário complexo</b>	Excesso de variedade de impostos e de número de destinações exigidas (um estudo do Banco Mundial de 2020 indica que cada empresa consome 105 horas/ano com obrigações tributárias) O número de impostos indiretos contribui à competitividade brasileira Muitas empresas japonesas têm alta importância a conformidade fiscal e, devido à complexidade tributária, precisam investir muito na implementação de sistemas, na adesão de profissionais de área tributária e no acompanhamento jurídico a consultoria fiscal para garantir o atendimento adequado Leis fiscais federais, estaduais e municipais complexas, trazendo incertezas quanto às leis fiscais e aos seus efeitos. Por consequência, a empresa, tomando uma postura conservadora frente às incertezas fiscais, acaba por pagar com uma alta carga tributária Complexidade tributária analisada por trazer maiores riscos de processos tributários (segundo estudo ETCIO, o índice de crédito tributário no comércio varejista foi de 3,4 em 2018)	Reforma tributária abrangente que unifique tributos estaduais e municipais, que elimine incertezas e que considere as empresas que desistem de benefícios fiscais desistindo Caso uma tributação mais fundamentada possa demonstrar um menor oneroso, não haverá aumento, mas apenas a manutenção do que atualmente é pago, não há que se busque maior complexidade de sistema
<b>Excessiva incidência de regras fiscais</b>	Alta frequência na revisão das leis fiscais (37 normas fiscais são editadas por dia, de acordo com estudo IPT) A frequência na revisão das leis gera instabilidade no regime tributário, além de conflitos entre as leis federais, estaduais e municipais Geração de custos para atender às mudanças frequentes (implementação de sistemas, empresas de consultoria, etc.) Alta frequência de revisões cria o risco da empresa não conseguir acompanhar as mudanças necessárias e acabar por resultar em uma situação de lei tributária e possível tributação adicional quando submetida à uma fiscalização tributária	Reforma Tributária que reduza a necessidade de revisões frequentes, considerando que a alta frequência faz com que o período de transição (fazem custos) às empresas Não exclusão de períodos de transição desnecessários
<b>Dificuldade de rastreamento por os impostos federais</b>	É comum, principalmente para as empresas exportadoras, terem crédito tributário indireto federal inutilizado (Anexo de restituição), o processo para obtê-lo pode ser demorado (Caso máximo de 10 anos) Entretanto a compensação passiva não é feita automaticamente pelo PERD/COMP, existem casos em que a compensação não foi aprovada ao final	Sistema fiscal que solucionaria a atual situação de créditos fiscais

**Principais desafios tributários enfrentados pelas empresas japonesas, e propostas para resolução (2)**

Desafios	Descrição	Proposta
<b>ICMS</b>	Muitas empresas possuem créditos de ICMS e não possuem formas de utilização, o que prejudica o fluxo de caixa (no estado de São Paulo, a situação é mais preocupante devido à não possibilidade de restituição) A adesão ao regime especial em vários casos e estados demonstra o impacto do ICMS-ST no fluxo de caixa e muito grande. Além disso, é necessário tomar medidas diante de casos em que a margem operacional é maior do que a margem real, ou a base de margem é alterada com muita frequência, afetando a aplicação do ICMS-ST sobre muito tempo e caso	Reforma que conduza à aplicação de créditos para os contribuintes, especialmente no caso do ICMS Extinção do ICMS-ST
<b>Regime de preços de transferência não alinhado com as diretrizes da OCDE</b>	O atual sistema tributário de preços de transferência do Brasil não está em linha com as diretrizes da OCDE, e há muitos casos no Brasil, em que surge a necessidade de pagar uma margem no ajuste de preço, que é aplicada em tributação As regras atuais para as transações podem ser desnecessárias (caso de empresa japonesa, há muitas transações de importação e a maioria PPL, e aplicado em muitos casos, mas a margem de lucro está sendo pago em maior do que a margem de lucro real) Quando as regras atuais são aplicadas às transações de importação, é necessário preparar muita documentação, e é difícil alinhar a base de cálculo de acurácia substancial, ou há casos de não serem nem disponíveis pelas partes relacionadas. Zerou a faturação na base de cálculo do Real seja grande, não é possível calcular os preços de transferência baseado em custo de custo. Devido ao regime de preços de transferência brasileiro não ser alinhado, há alto custo na implementação de sistemas, utilizando consultores, etc. para resolver o sistema adequado ao tribuário	Regime de preços de transferência alinhado com as diretrizes da OCDE Eliminação do sistema de preços de transferência baseado em custo de custo Operacionalidade para aplicação dos efeitos cambiais Criação das margens de lucro dos métodos PPL, alinhamento ao regime APA
<b>Desafios com fiscalização tributária</b>	Alguns desafios enfrentados pelas diversas empresas que receberam auditorias fiscais: Diferenças interpretativas entre a auditoria O tempo desde a emissão da auditoria fiscal até sua início é muito curto, o que torna a preparação para a fiscalização extremamente difícil O prazo não é suficiente para o pagamento de impostos	Mais eficiência nas fiscalizações e medidas para garantir um tempo de equidade no pagamento de impostos

**Principais desafios tributários enfrentados pelas empresas japonesas, e propostas para resolução (3)**

Desafios	Descrição	Proposta
<b>Incerteza na aplicação dos incentivos fiscais</b>	Apesar de aplicar os incentivos (ex: Lei do Bem, Ex-Chiffreir, suspensão ICMS, etc.) as condições não são muito claras (instabilidade e incertezas da lei)	Estabelecimento das condições de aplicação de incentivos fiscais
<b>Incerteza em relação ao controle de royalties</b>	O INPI não pode aprovar uma extensão de um acordo de royalties com uma empresa matriz ou outra empresa afilada, mesmo em casos onde a extensão é indispensável para a empresa continuar a fazer negócios no Brasil Aumento da carga tributária caso seja aplicada a tributação indireta (ex: CBS)	Extinção do AFARM Compartilhamento com o lead time nos procedimentos de desembargo aduaneiro (implementação do desembargo, garantindo prazos no tempo de desembargo aduaneiro através de procedimentos claros e uniformes (conhecido: Japan Unbound))
<b>Assuntos tributários</b>	Alto custo tributário para importações (AFARM, IPI, PIS/COFINS importação, ICMS etc.) O tempo necessário para os diversos procedimentos no desembarque aduaneiro não é claro, dificultando a priorização dos preços de entrega Necessidade de adaptação dos procedimentos atualmente adotados para adequação ao novo processo de importação Os procedimentos e as regras para a obtenção de isenção de importação diferem dependendo das autoridades públicas competentes ou do item importado em questão Ausência do Acordo de reconhecimento mútuo (ARM) entre o Japão e o Brasil sob o sistema OCA	Extinção do AFARM Compartilhamento com o lead time nos procedimentos de desembargo aduaneiro (implementação do desembargo, garantindo prazos no tempo de desembargo aduaneiro através de procedimentos claros e uniformes (conhecido: Japan Unbound)) Aprimoramento das regras relacionadas às isenções de importação (incluindo o sistema OCA) (semprer aprovação mútua (ARM) entre Brasil e Japão)

## 面談先(一例)



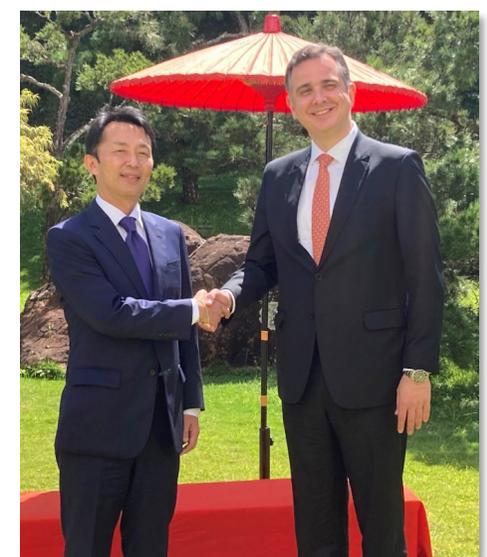
ロペス下院議員・下院税制改革WGリーダー (4月5日)



アダッジ財務大臣 (5月2日)



アピ財務省税制改革特命次官 (5月11日)



パシエコ上院議長 (8月11日)